

DOI: 10.35621/23587490.v12.n1.p1990-2006

ACESSIBILIDADE ESPACIAL E EMOCIONAL: UMA ANÁLISE DA PRAÇA ANTÔNIO CAVALCANTE DE MORAIS (PRAÇA DA MATRIZ), SÃO FRANCISCO DO OESTE-RN

SPATIAL AND EMOTIONAL ACCESSIBILITY: AN ANALYSIS OF ANTÔNIO CAVALCANTE DE MORAIS SQUARE (HEADQUARTERS SQUARE), SÃO FRANCISCO DO OESTE-RN

Tainara Soares de Lima¹

Diêgo Claudino de Sousa Diniz²

Marjorie Maria Abreu Gomes de Farias³

Marina Goldfarb de Oliveira⁴

RESUMO: Este artigo tem como objetivo principal analisar a acessibilidade da Praça Antônio Cavalcante de Moraes em dois eixos complementares: o espacial, relacionado ao desenho urbano e à adequação física, alinhada às normas de acessibilidade; e o emocional, pela identificação do ambiente em relação aos sentimentos dos usuários. O percurso metodológico foi sistematizado em quatro etapas: pesquisa bibliográfica, elaboração de checklist de acessibilidade espacial, visita in loco, e caracterização do objeto e resultados. Após as análises, observamos que a praça Antônio Cavalcante de Moraes apresenta uma boa acessibilidade espacial com tais características emocionais. A praça apresenta-se com acessibilidade de estacionamento, sinalização, pisos táteis, rampa, espaço de deslocamento, área de vegetação e banheiros, porém, com algumas lacunas significativas nas diretrizes seguidas, mas que não interferem no emocional dos usuários. Conclui-se que o estudo fornece base de complemento das características já levantadas sobre a acessibilidade espacial e emocional, provendo informações que podem indicar caminhos no desenvolvimento de futuros projetos para a Praça Antônio Cavalcante de Moraes. A análise possibilita discutir a acessibilidade de um local público. Assim, a pesquisa contribui para que outros trabalhos sejam desenvolvidos.

¹ Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Santa Maria - UNIFSM, e-mail: tainaarasoares1@gmail.com.

² Orientador da Pesquisa e Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Santa Maria - UNIFSM, e-mail: 000848@fsmead.com.br.

³ Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Santa Maria - UNIFSM, e-mail: 000848@fsmead.com.br.

⁴ Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Santa Maria - UNIFSM, e-mail: 000729@fsmead.com.br.

Palavras-chave: Acessibilidade Emocional; Percepção dos Usuários; Arquitetura e Urbanismo

ABSTRACT: *This article aims to analyze the accessibility of Antônio Cavalcante de Moraes Square along two complementary axes: the spatial axis, related to urban design and physical adaptation aligned with accessibility standards, and the emotional axis, through the identification of the environment in relation to the feelings of its users. The methodological approach was systematized in four stages: bibliographic research, development of a spatial accessibility checklist, on-site visit, and characterization of the object and results. After analysis, we observed that Antônio Cavalcante de Moraes Square presents good spatial accessibility with such emotional characteristics. The square features accessible parking, signage, tactile paving, a ramp, a walkway, green space, and restrooms; however, there are some significant gaps in the guidelines followed, which do not affect the emotional well-being of the users. In conclusion, the study provides a complementary basis to the characteristics already raised regarding spatial and emotional accessibility, offering information that may indicate paths in the development of future projects for the Antônio Cavalcante de Moraes Square. The analysis makes it possible to discuss the accessibility of a public space. Thus, the research contributes to the development of other studies.*

Keywords: Emotional Accessibility; User Perception; Architecture and Urbanism.

1 INTRODUÇÃO

A acessibilidade, enquanto direito fundamental e condição essencial para o exercício pleno da cidadania, assegurado pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 182¹, deve ser pensada para além de suas dimensões físicas, abarcando também aspectos emocionais e simbólicos que permeiam a relação dos sujeitos com os espaços urbanos.

A acessibilidade espacial refere-se às condições físicas e arquitetônicas que permitem a circulação, permanência e utilização dos ambientes por todas as pessoas, independentemente de suas limitações físicas, sensoriais ou cognitivas (Almeida; Hardt; Hardt, 2024). Segundo Samenzati, Balieiro e Pedreiro (2024), a acessibilidade, em espaços públicos, vai além de uma obrigação legal, sendo um reflexo do compromisso com a inclusão social e a cidadania. Nesse sentido, o termo inclusão está ligado diretamente com a acessibilidade, a qual é definida por meio da norma NBR 9050 pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (ABNT, 2020).

A inclusão de pessoas com deficiência em espaços públicos é uma pauta central na construção de cidades mais democráticas, sustentáveis e igualitárias. Nos últimos anos, o debate urbanístico passou a incorporar de maneira mais efetiva a noção de desenho universal, que propõe ambientes acessíveis para todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou cognitivas (Carmona, 2021).

Nesse entendimento, afirma Gehl (2014) que o planejamento urbano deve considerar a diversidade humana, respeitando as múltiplas capacidades dos cidadãos, de modo a promover o direito à cidade para todos. Os espaços urbanos não devem atender apenas à maioria, mas sim incorporar soluções inclusivas que

¹ Artigo 182 da Constituição Federal do Brasil - “A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em Lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” (Brasil, [2020], não paginado).

favoreçam o convívio social, a autonomia e o exercício pleno da cidadania, especialmente por parte das pessoas com deficiência.

Logo, a deficiência, segundo Duarte e Cohen (2004), é vista como consequência da inadequação das condições do espaço construído em função das características físicas pessoais, tornando-se um desafio a integração e acolhimento de todos os indivíduos nos diversos ambientes. Em vista disso, muitas restrições e incapacidades das pessoas não estão associadas à falta de habilidade de adaptação aos espaços, estão relacionadas a uma deficiência do ambiente, que não atende às diversidades.

Silva e Andrade (2022) entendem que o espaço urbano acessível é aquele que elimina barreiras físicas e promove mobilidade autônoma e segura, respeitando as diversidades humanas. Outrossim, garantir a inclusão não se resume a modificar apenas estruturas, exige também considerar os aspectos emocionais envolvidos na apropriação e vivência desses locais.

Assim sendo, a acessibilidade emocional não se restringe apenas a um conjunto de medidas padrões, mas também abrange uma conceituação mais ampla e plena relacionadas a aspectos como elementos intelectuais, sensoriais e emocionais (Duarte *et al.*, 2013). Para Duarte e Cohen (2018, p. 3), a “Acessibilidade Emocional é definida como a capacidade do Lugar de acolher seus visitantes, de gerar afeto, de despertar a sensação de fazer parte do ambiente e de se reconhecer como pessoa bem-vinda”.

Destarte, a acessibilidade emocional é essencial para garantir a inclusão plena, pois está diretamente ligada à dignidade humana e ao direito à cidade. Ambientes emocionalmente acessíveis promovem interações sociais positivas, diminuem situações de exclusão e fortalecem os laços de pertencimento comunitário (Costa; Souza, 2023).

Assim, torna-se pertinente dizer que a necessidade de estudar e analisar os espaços urbanos vem, primeiramente, da relevância dos mesmos na vida humana cotidiana, e, depois, o papel dos equipamentos e dos espaços públicos para a humanidade possui íntima relação com suas atividades sociais e culturais. Nesse entendimento, salienta Jan Gehl, está a relevância humana de se caminhar pelas ruas de uma cidade e usufruir de seus espaços. Logo, “O homem foi criado para caminhar

e todos os eventos da vida - grandes e pequenos - ocorrem quando caminhamos entre outras pessoas” (Gehl, 2014, p. 19).

Com base nesse contexto, este estudo se justifica, portanto, por sua relevância acadêmica e social, e por considerar a Praça Antônio Cavalcante de Moraes a principal praça da cidade de São Francisco do Oeste, que abriga a Igreja Matriz e serve como ponto de encontro, de “Idas e vindas” e de referência para a comunidade. Partindo desse pressuposto, o objetivo geral deste estudo é analisar a acessibilidade da Praça Antônio Cavalcante de Moraes em dois eixos complementares: o espacial, relacionado ao desenho urbano e à adequação física, alinhada às normas de acessibilidade; e o emocional, pela identificação do ambiente em relação aos sentimentos dos usuários.

Dessa forma, o estudo busca contribuir com o debate sobre planejamento urbano e acessibilidade em municípios de pequeno porte, oferecendo subsídios para políticas públicas mais sensíveis às dimensões humanas do espaço. A relevância do presente estudo encontra-se, portanto, ancorada não apenas na atualidade do tema e nas diretrizes da legislação brasileira de acessibilidade, mas também na necessidade concreta de avaliar e qualificar os espaços de convivência em cidades interioranas, muitas vezes negligenciadas nas discussões acadêmicas e nas agendas de planejamento urbano.

Para tanto, será estudado o aporte teórico sobre Inclusão social e acessibilidade em espaços públicos, Acessibilidade espacial no espaço urbano, e Acessibilidade emocional. Em seguida, é apresentada a metodologia do presente trabalho, dos resultados, discussões e das considerações finais.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. Conforme Gil (2020), pesquisas qualitativas são indicadas para interpretar e compreender fenômenos sociais, enquanto a abordagem exploratória busca proporcionar maior familiaridade com o problema; e a descritiva visa retratar, com precisão, as características observadas no objeto de estudo. Essa combinação nos

permite captar as percepções subjetivas dos usuários da Praça Antônio Cavalcante de Moraes (Praça da Matriz), de São Francisco do Oeste-RN, além de analisar suas condições físicas e simbólicas após a reforma concluída em 2024.

Com a finalidade de alcançar o objetivo proposto, o percurso metodológico seguido na presente pesquisa foi sistematizado em quatro etapas: pesquisa bibliográfica, elaboração de checklist de acessibilidade espacial, visita in loco e caracterização do objeto e resultados.

2.1 Pesquisa bibliográfica

A etapa inicial consistiu na pesquisa bibliográfica, cujo objetivo é reunir referenciais teóricos e normativos capazes de fundamentar a análise da acessibilidade espacial e emocional em espaços públicos. Foram consultados artigos acadêmicos, livros, dissertações, teses, legislações e normas técnicas, principalmente a ABNT NBR 9050 (ABNT, 2020), que regulamenta os parâmetros de acessibilidade em edificações e espaços urbanos.

As fontes foram levantadas nas bases de dados SciELO, Google Acadêmico e no portal de periódicos da CAPES, utilizando os seguintes descritores: “acessibilidade espacial”, “acessibilidade emocional”, “inclusão social”, “praça pública acessível” e “espaços públicos urbanos”.

2.2 Elaboração de checklist de acessibilidade espacial

O checklist foi elaborado de acordo com os critérios da NBR 9050 (ABNT, 2020) para espaço público, e apoiados nos quatro pilares da acessibilidade espacial: orientação espacial, deslocamento, uso e comunicação (Dischinger *et al.*, 2009).

2.3 Visita in loco e caracterização do objeto

A visita in loco contemplou idas à Praça Antônio Cavalcante de Moraes, ocorridas no período de duas semanas, abrangendo diferentes dias e horários (manhã, tarde e noite). Teve por finalidade a aplicação do checklist e, simultaneamente, a aplicação de entrevistas (utilizando-se questionário semiestruturado) com o público usuário da praça, no intuito de extrair percepções e experiências (acessibilidade emocional) sobre o espaço.

A caracterização do objeto de estudo contemplou registros por meio de levantamentos físico-fotográficos, com verificações de medidas com o auxílio de trena e caderno de anotações, uma vez que se trata de normas que apontam dimensões e parâmetros a serem seguidos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para este artigo, apresentamos alguns resultados referentes à acessibilidade espacial descritos com base no checklist. Os resultados apresentam ainda as percepções de usuários que conferem a acessibilidade emocional sobre o espaço, com base nas entrevistas. Foram entrevistados 14 usuários, sendo 9 (64,28 %) do sexo feminino e 5 (35,72 %) do sexo masculino, com faixas etárias entre 21-28 anos (42,86 %) e (57,14 %) entre 38-59 anos de idade.

Estes resultados foram compilados em tabelas geradas a partir dos critérios de acessibilidade adotados para avaliação física da praça, e da percepção dos entrevistados, que foram quantificados e obtidos porcentagens.

3.1 Análise da acessibilidade espacial da Praça

A Praça Antônio Cavalcante de Moraes localiza-se no município de São Francisco do Oeste, interior do estado do Rio Grande do Norte, pertencente à região do Alto Oeste, a 389 quilômetros de distância da capital do estado, Natal. Ocupa uma área de aproximadamente 76 km², e sua população, em 2022, era de 4.161 habitantes, e a densidade demográfica era de 55,05 habitantes por quilômetro quadrado, sendo então o 135º mais populoso do estado¹.

A praça existe desde a fundação da cidade, passou por diversas modificações ao longo do tempo e, em 2024, houve uma reforma com diversas modificações, como, por exemplo, áreas verdes, rampas de acesso, calçadas com faixas táteis e paisagismo renovado. As cores também foram revitalizadas, valorizando o espaço visualmente (Figura 1).

¹ In: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/sao-francisco-do-oeste/panorama>>. Acesso em: outubro, 2025.

Figura 1. Praça Antônio Cavalcante de Moraes, após reforma realizada em 2024.



Fonte: Autora, 2025.

No que diz respeito aos aspectos de acessibilidade espacial, iniciando-se pelo seu entorno, existe espaço reservado para estacionar, mesmo não sendo um lugar demarcado. Logo, não foi possível identificar demarcação de estacionamento previsto com faixa de circulação de pedestre. De acordo com a NBR9050/2020 (6.14.2), faixa de circulação de pedestre deve ter largura mínima de 1,20 m. Porém, em relação à demanda de veículos a serem estacionados, este trajeto tem sua segurança comprometida por não ser bem definido.

No que tange à sinalização, a praça apresenta elementos de informação ou sinalização de forma parcial, uma vez que a NBR 9050 exige o uso de pisos táteis, placas em braile e sinalizações em contraste de cores. Esses elementos são imprescindíveis para a inclusão de pessoas com deficiência visual e auditiva. Por

exemplo, os pisos táteis devem estar presentes em áreas de circulação e travessias, direcionando e alertando sobre perigos. A ausência desses compromete a orientação espacial, segundo Dischinger *et al.* (2009), por meio de sinalizações e referências claras os indivíduos terão a capacidade de se localizarem e se orientarem com segurança e autonomia.

Constatou-se que a praça não apresenta faixa de travessia para pedestres (com rebaixamento nos passeios em ambos os lados da via) mesmo após a reforma, mas sim, pisos táteis presentes em todo o seu redor. No entanto, os rebaixos com inclinações não ultrapassando 12,5 % (6.3.4.1) deveriam acompanhar os pisos táteis de alerta e contraste visual para melhor segurança de pedestres com deficiência visual. Nesse item, o espaço foge totalmente da norma 9050/2020 (6.3.4.1), por não estabelecer critérios e parâmetros técnicos quanto às condições de acessibilidade de forma total.

O piso da praça é de intertravado, um material com acabamento considerado regular, firme e que suporta a condição seca ou molhada. O piso atende aos dispositivos com rodas por ser antiderrapante e possuir pisos táteis que circunda a praça. Todavia, em alguns pontos da praça, a superfície do piso se apresenta irregular, fora do limite de 5mm adotado pela NBR9050:2020 (6.3.4.1), afetando o alinhamento da superfície, tornando parte da calçada desnivelada, quando os pavimentos deveriam ser firmes, regulares e antiderrapantes, com largura mínima de 1,2 m em calçadas e passagens. Nesse caso, o desnível pode representar riscos para todas as pessoas, principalmente aquelas com deficiências visuais, caso tenham saliências com mais de 0,10 m de altura (4.3.3). Acredita-se que isto pode ter ocorrido ao dimensionar a inclinação, largura e altura da calçada, ou até por falha ocorrida durante a interposição dos tijolos durante a reforma, atendendo a alguns critérios apenas de forma parcial às exigências da NBR9050.

A praça possui uma rampa de acesso ao passeio com largura livre de 1,50 m e inclinação de 0,30 %. A largura está correta, uma vez que a mínima é de 1,20 m. Porém, a inclinação está fora do padrão exigido pela NBR 9050 e muito acima da máxima permitida, que é de 8,33 %. No entanto, a rampa encontra-se inadequada ao uso por apresentar inclinação excessiva, o que gera insegurança, dificuldade de locomoção e compromete a autonomia de pessoas com mobilidade reduzida,

especialmente cadeirantes. Essas barreiras são um dos principais desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência no que diz respeito à acessibilidade.

Com base no espaço de deslocamento permitido pela NBR 9050/2020 de 3,30 m (4.3.1), esse valor foi o mesmo encontrado nessa investigação para os espaços que possibilitam a circulação e manobras com cadeiras de rodas, vindo oferecer aos usuários mobilidade segura e contínua nos espaços (Dischinger *et al.*, 2009), bem como inclusão do público cadeirante que necessita ter diâmetro livre de obstáculos de pelo menos 1,5 m (4.3.1).

A praça apresenta algumas interferências quanto aos passeios, mais precisamente com presença de desníveis nas calçadas, o que chama atenção aos perigos de deslocamento, principalmente para esses usuários, e daqueles com limitações para se locomover e que dependem de um piso plano, o que contrapõe o que preconiza os itens 6.10.5 e 6.10.7 da NBR 9090.

Quanto à área de vegetação, existem canteiros que proporcionam conforto e segurança nas rotas acessíveis e áreas de circulação de pedestres, conforme a NBR 9050/2020 (8.8.1). Porém, o local precisa de mais vegetação, pois existe pouca área verde. Possivelmente, esse fato seja reflexo ainda do seu processo de ocupação inicial, o qual não foi seguido de um planejamento urbano prévio pensado, considerando o âmbito das necessidades de lazer da população, e só agora se fez com a reforma e revitalização da praça.

Na praça não há presença de banheiros com sanitários. Entretanto, os banheiros existentes no espaço pertencem aos quiosques, os quais ficam restritos aos clientes dos estabelecimentos. Embora a distância a ser percorrida de qualquer ponto da praça até esses banheiros seja de 50 m, como previsto na NBR 9050/2020, ainda assim são considerados insuficientes para o público geral que frequenta esse espaço. Segundo o item 7.4.3.2 da Norma Técnica NBR 9090 (2020), em estabelecimentos de uso público ou coletivo, independentemente de atender à quantidade mínima de 5 % de peças sanitárias acessíveis, deve também ser previsto um sanitário acessível para cada sexo, junto a cada conjunto de sanitários. Essas diretrizes garantem que a infraestrutura urbana seja acessível a todas as pessoas, reduzindo barreiras arquitetônicas e promovendo maior independência, e o não cumprimento da norma

pode acarretar multas e exigências de adaptações posteriores (Samenzati; Balieiro; Pedreiro, 2024).

3.2 Análise da acessibilidade emocional da Praça

Considerando o aspecto de acessibilidade emocional, os resultados das entrevistas realizadas com o público usuário da Praça Antônio Cavalcante de Moraes, com base na percepção emocional sobre o espaço, estão apresentados no quadro 1.

Quadro 1. Acessibilidade Emocional com base nas percepções dos usuários da Praça Antônio Cavalcante de Moraes.

ACESSIBILIDADE EMOCIONAL		
Questões	Percepções dos usuários	%
Frequenta muito esta praça?	Sim	64,28
	Não	35,72
O que sente ao utilizar este espaço?	Bem-estar	52,02
	Lazer	7,14
	Prazer	7,14
	Nostalgia	14,28
	Liberdade	7,14
	Alegria	7,14
	Que deveria ser mais aconchegante e atrativa	7,14
O que a praça representa emocionalmente?	Liberdade	28,57
	Qualidade de vida	7,14
	Bem-estar	28,58
	Felicidade	28,57
	Fé	7,14
O que este lugar traz de importante?	Atividade física	35,74
	Bem-estar	14,28
	Valorização da cidade	7,14
	Memórias	21,42
	História da cidade	7,14
	União	14,28
Quais sensações o local os faz sentir?	De cidade grande	21,44
	Do tempo de criança	35,71
	De espaço aconchegante	28,57
	Das festas tradicionais do município	7,14
	Que o tempo passou rápido	7,14

A praça tem relação com as atividades de lazer e trabalho na sua vivência?	Sim	78,57
	Não	21,43
Considera a praça um lugar de sentimento de liberdade?	Sim	100
A praça está em boas condições pra frequentar na sua visão?	Sim	92,86
	Não	7,14
A praça está adequada para pessoas com deficiência?	Sim	50
	Não	50
A estrutura está adequada em relação ao piso, rampas, bancos, banheiros, etc.	Sim	71,43
	Não	28,57
Faltam melhorias na arquitetura da praça pra melhorar a frequência?	Sim	85,72
	Não	14,28

Fonte: Autora, 2025.

Destacando as percepções verificadas pelos entrevistados, quando questionados se **frequentavam muito esta praça**, mais de 64 % confirmaram ir com frequência à praça. Para pouco mais de 35 %, como minoria, revelou ter pouca frequência.

Tentando entender melhor sobre o emocional dos frequentadores do espaço em estudo, questionou-se sobre **o que sente ao utilizar este espaço**. Em resposta, para a maioria, que ultrapassa os 50 %, a sensação é de Bem-estar, de sentir-se em paz e tranquilo emocionalmente, seguido dos que revelaram sentir Nostalgia (14,28 %), sentimento que é desencadeado pelo local, e que influencia na linha do tempo de suas vidas. Para os demais, embora com representatividade percentual menor (pouco mais de 7 %), não menos importante no que diz respeito às percepções emocionais, percebem que a praça transmite sensações de lazer, de prazer, bem como sentimentos de liberdade e de alegrias. Outra parcela, de 7,14 %, entende que esse

espaço tem potencial para ser “mais aconchegante e atrativa”. Com base nessas percepções, as pessoas, ao interagir com a arquitetura da praça, tiveram o sentido visual influenciado pela representação das construções do espaço, e pela interpretação visual dos elementos do ambiente, capazes de desencadear várias respostas psicológicas (De Paula; Guerra; Cavalcante, 2024).

Ao questionar **o que a praça representa emocionalmente**, as percepções foram concentradas em três aspectos emocionais: Liberdade, Bem-estar e Felicidade (28,57 %). Nesse mesmo quesito, outra parcela de aproximadamente 15% dividiu opiniões entre os que têm a praça representando Qualidade de vida, daqueles que ela representa a Fé. Dessa forma, a praça, como um ambiente urbano, transmite segurança, afeto e reconhecimento simbólico, que favorece a convivência e fortalece os laços sociais da população, como destacado por Oliveira e Nunes (2021).

Ao indagar sobre **o que este lugar traz de importante**, para a maioria a importância do espaço está nas realizações de atividades físicas (35,74 %), enquanto 21,42 % sentem que são as memórias (trazendo boas lembranças e as recordações vividas nesse espaço, como festas no tempo de infância, dos amigos etc.), o que torna o lugar importante. Destes, ainda há os que identificam o espaço como importante pela sensação de Bem-estar, ao promover sossego e calma no ambiente, e, conseqüentemente, segurança aos frequentadores (14,28 %). Outros 14,28 % percebem que seja a União proporcionada pelo lugar. Já para outras pequenas parcelas, de apenas 7,14 %, essa baixa porcentagem desses aspectos pode sugerir que a reforma pode ter descaracterizado a praça, e feito perder o valor histórico para a população. As percepções aqui trazidas priorizam emocionalmente vivências que remetem tanto ao passado quanto à atualidade dos usuários no ambiente, ressaltando um urbanismo inclusivo e participativo, reconhecendo as diversidades culturais, sociais e subjetivas da população (Cardoso; Lima, 2023).

Questionados **quais sensações o local os faz sentir**, para a maioria, com aproximadamente 36 %, revelou ter a sensação do tempo de criança, pois o lugar remete a lembranças as quais foram vividas nessa fase, e agora as fazem voltar a ser novamente. Para mais de 28 %, a sensação é de estar em um espaço aconchegante, vivenciando emoções durante os encontros no lugar. Na terceira posição, com mais 20 %, estão os que têm a sensação de pertencer a uma cidade grande. Outras duas

parcelas, de apenas 7,14 %, revelaram sensações de pertencer às festas tradicionais do município. A outra sensação é de que o tempo passou rápido. A atualização do lugar, como é o caso da Praça Antônio Cavalcante de Moraes, que recentemente passou por reforma e mudanças, pode ter gerado mais afeto entre usuários e o lugar, definida pela acessibilidade emocional, despertando sensações como as que foram expressadas pelo público entrevistado, conforme Duarte e Cohen (2018).

Quando questionados se **a praça tem relação com as atividades de lazer e trabalho na sua vivência**, aproximadamente 79 % afirmou que sim, a praça está relacionada às atividades que dizem respeito ao campo de trabalho e lazer em suas vidas. Todavia, mais de 21 % negou que o espaço faz parte de suas rotinas. Logo, alguns usuários residem próximos à praça, e participar de missas na Igreja é considerado o lazer, podendo essa relação está associada à seguinte indagação: se **a praça é um lugar de sentimento de liberdade**. Nesse quesito, foi reconhecido pela totalidade (100 %) que esse espaço transmite sim liberdade ao frequentá-lo. Portanto, a Praça Antônio Cavalcante de Moraes é um lugar que gera sentimentos e interpretações diferentes pelos usuários. Logo, “os lugares conectam a arquitetura com a vida. Os lugares que as pessoas usam estão intimamente relacionados às suas vidas” (UNWIN, 2013, p. 75).

Partindo dessas considerações, como forma de obter opiniões sobre a conformação do lugar, indagou-se sobre os aspectos físicos, se **a praça está em boas condições pra frequentar**. Cerca de 93 %, aproximadamente, percebe visualmente que a praça, ao ganhar traços modernos e mais organizados após a reforma, tornou-se mais valorizada e mais acessível. Em sequência, se **a praça está adequada para pessoas com deficiência**, o resultado dividiu opiniões, revelando que 50 % opinou que está, os outros 50 % que não está. A parcela que opinou não está adequada pode representar total desconhecimento sobre a questão, o que contraria a próxima indagação, uma vez que, considerando o público geral, **a estrutura está adequada em relação ao piso, rampas, bancos, banheiros etc.** Mais de 71 % aprova a acessibilidade arquitetônica, contra 28,57 % que reprovam. Vale ressaltar, em algumas opiniões, que parte do piso encontra-se em desnível.

Por fim, ao questionar se **faltam melhorias na arquitetura da praça pra melhorar a frequência**, aproximadamente 86 % revelou estar satisfeito com os

benefícios da praça, e acha que no decorrer do tempo algumas melhorias manterão o público usuário, bem como agregará mais frequentadores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Praça Antônio Cavalcante de Moraes reúne diversas funções, podendo atender aos **usuários** de todas as idades e interesses para prática de atividades e lazer, porém a reforma pela qual a praça passou recentemente atendeu apenas em parte os critérios de acessibilidade, ou seja, quanto às diretrizes seguidas.

A aplicação das normas técnicas de acessibilidade, em especial a NBR 9050:2020, exerce um papel crucial na promoção da inclusão social, durabilidade e eficiência nas intervenções de infraestruturas. Em vista disso, os resultados obtidos de acessibilidade espacial da Praça Antônio Cavalcante de Moraes demonstram que, apesar de alguns avanços pontuais, há uma lacuna significativa na conformidade plena com os critérios estabelecidos pela norma, em particular por ser uma cidade de menor porte.

Quanto à acessibilidade emocional, as percepções que os usuários sentem em relação à Praça Antônio Cavalcante de Moraes, verifica-se que o espaço oferece maiores sensações de “liberdade” e de “Bem-estar”. Tais percepções colocam que o sentimento de pertencimento dos usuários ultrapassa os limites geográficos, estando atrelado às relações constituídas por eles na experiência do lugar.

O estudo fornece base de complemento das características já levantadas sobre a acessibilidade espacial e emocional, provendo informações que podem indicar caminhos no desenvolvimento de futuros projetos para a Praça Antônio Cavalcante de Moraes.

A análise possibilita discutir a acessibilidade de um local público. Assim, a pesquisa contribui para que outros trabalhos sejam desenvolvidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT. NBR 9050:2020. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

ALMEIDA, Rafaela Aparecida de; HARDT, Letícia Peret Antunes; HARDT, Carlos. Calçadas como lugares de socialização: equidade urbana para pessoas com mobilidade reduzida. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 26, n. 60, p. 727-755. 2024. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/63204>>. Acesso em: 21 set. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

CARMONA, Matthew. **Public places urban spaces: the dimensions of urban design**. 3. ed. New York: Routledge, 2021.

DE PAULA, J. M. B.; GUERRA, L. D.; CAVALCANTE, M. M. P. D. **A praça, a escola e o parque: análise das estratégias projetuais e suas relações com a acessibilidade emocional da EMEI Cleide Rosa Auricchio em São Caetano do Sul-SP**. X Encontro Nacional de Ergonomia do Ambiente Construído. XI Seminário Brasileiro de Acessibilidade Integral, de 11 a 13 de setembro de 2024, Maceió - AL, 2024.

DISCHINGER, M. *et al.* **Promovendo acessibilidade nos edifícios públicos: programa de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas edificações de uso público**. Florianópolis, 2009.

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; COHEN, Regina. Afeto e Lugar: A Construção de uma Experiência Afetiva por Pessoas com Dificuldade de Locomoção. In: Seminário Acessibilidade no Cotidiano, 2004, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

DUARTE, Cristiane *et al.* Acessibilidade plena a museus: perspectivas de uma acessibilidade cultural, sensorial e emocional. In: Encontro Nacional de Ergonomia do Ambiente Construído, 4., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Abergó, 2013.

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; COHEN, Regina. Acessibilidade emocional. VII Encontro Nacional de Ergonomia do Ambiente Construído - VIII Seminário Brasileiro de Acessibilidade Integral. **Anais...**, v. 4, n. 2, p. 6-10, 2018.

GEHL, Jan. **Cidade para Pessoas**. 2a ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

OLIVEIRA, Ricardo; NUNES, Tatiane. Espaços públicos e inclusão: repensando a acessibilidade além das barreiras físicas. **Cadernos Metrópole**, v. 23, n. 50, p. 301-320, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2236-9996.2021-5004>>. Acesso em: 21 set. 2025.

SAMENZATI, Rafael Miotto; BALIEIRO, Lucas Tarlau; PEDREIRO, Marcelo Rodrigo de Matos. Acessibilidade urbana em praças e centros comerciais. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v. 10, n. 12, 2024. Disponível em: <[file:///C:/Users/Cliente%20SOS/Downloads/\[98\]-ACESSIBILIDADE+URBANA+EM+PRA%C3%87AS+E+CENTROS+COMERCIAIS.pdf](file:///C:/Users/Cliente%20SOS/Downloads/[98]-ACESSIBILIDADE+URBANA+EM+PRA%C3%87AS+E+CENTROS+COMERCIAIS.pdf)>. Acesso em: 21 set. 2025.

SILVA, Juliana; ANDRADE, Pedro. Mobilidade urbana e acessibilidade: construindo cidades inclusivas. **Revista Estudos Urbanos**, v. 18, n. 2, p. 233-250, 2022.

UNWIN, S. **A análise da arquitetura**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.